

**ORDEM DOS ENGENHEIROS
CONSELHO DIRETIVO NACIONAL**

**ORDEM DOS ENGENHEIROS
CONSELHO DIRETIVO NACIONAL**

CONTRIBUINTE Nº 500 839 166

**AVENIDA ANTÓNIO AUGUSTO DE AGUIAR Nº 3 D
LISBOA**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

ORDEM DOS ENGENHEIROS CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - Designação da entidade: ORDEM DOS ENGENHEIROS – Conselho Diretivo Nacional

1.2 - Sede: Avenida António Augusto de Aguiar nº 3 D

1.3 - Natureza da atividade:

A ORDEM DOS ENGENHEIROS é uma Associação pública representativa dos licenciados em engenharia que exercem a profissão de Engenheiro (nº 1, do artº 1º do Estatuto da ORDEM DOS ENGENHEIROS);

A ORDEM DOS ENGENHEIROS é independente dos órgãos do Estado e goza de autonomia administrativa, financeira, científica, disciplinar e regulamentar. (nº 2, do artº 1º do Estatuto da ORDEM DOS ENGENHEIROS);

A ORDEM DOS ENGENHEIROS tem como objeto fundamental contribuir para o progresso da engenharia, estimulando o esforço dos seus associados nos domínios científico, profissional e social, bem como o cumprimento das regras de ética profissional (nº 1, artº 2 do citado estatuto).

A Ordem tem a sua sede na Avenida António Augusto de Aguiar, nº 3 D, em Lisboa, onde estão sediados os Serviços Centrais e Direções Regionais em Lisboa, Coimbra, Porto, Madeira e Açores.

As presentes Demonstrações financeiras respeitam apenas ao Conselho Diretivo Nacional.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Referencial contabilístico adotado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, respetivamente, nos Avisos nºs 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

Por Despacho n.º 74/2011/MEF do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, de 10 de Março de 2011, foi homologada a seguinte norma contabilística e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo, ao abrigo do disposto no ponto 6.1 do anexo II do Decreto –Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de Março.

Esta norma será adotada a partir de 1 de Janeiro de 2012, pelo que o presente anexo e respetivas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o sistema de normalização contabilística (SNC).

**ORDEM DOS ENGENHEIROS
CONSELHO DIRETIVO NACIONAL**

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2011 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2010. Com exceção da parte do iva não dedutível que passou a ser registado juntamente com o gasto a que respeita, que deixou de ser registado em conta autónoma, não se verificando alteração dos valores finais.

3 - PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da ORDEM DOS ENGENHEIROS - CDN, de acordo com as Normas contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (*data de transição para NCRF*), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e taxas de depreciação usadas foram as constantes do Decreto Regulamentar nº 25/2009.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções.....50 Anos

**ORDEM DOS ENGENHEIROS
CONSELHO DIRETIVO NACIONAL**

Obras e benfeições.....10 Anos

Equipamento básico4/8 Anos

Equipamento de transporte (viaturas ligeiras).....4 Anos

Equipamento administrativo.....3/8 Anos

Os bens de reduzido valor são amortizados no próprio exercício.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

3.3 - IMPARIDADE DE ATIVOS (NCRF 12)

À data do balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.4 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

As principais políticas contabilísticas resumem-se como segue:

Subsidiárias

A aquisição de subsidiárias foi registada pelo método da compra.

As participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e consolidadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

**ORDEM DOS ENGENHEIROS
CONSELHO DIRETIVO NACIONAL**

3.5 - INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Mercadorias

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio

3.6 - RÉDITO (NCRF 20)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a ORDEM DOS ENGENHEIROS - CDN e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

3.7 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta do imposto corrente.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da ORDEM DOS ENGENHEIROS - CDN de acordo com as regras fiscais em vigor, o qual só pode ser calculado com fiabilidade após comunicação dos rendimentos tributáveis pelas regiões para determinação do rendimento global.

3.8 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

a) - Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

ORDEM DOS ENGENHEIROS CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a ORDEM DOS ENGENHEIROS - CDN tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

b) - Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

c) - Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

d) - Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

e) - Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

3.9 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A ORDEM DOS ENGENHEIROS - CDN atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, complementos de trabalhos noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, complemento de doença e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo Nacional, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo e seguro de saúde.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o atrás referido.

**ORDEM DOS ENGENHEIROS
CONSELHO DIRETIVO NACIONAL**

3.10 - OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

a) - Juízos de valor (excecutando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho Diretivo Nacional baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

b) - Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

3.11 - PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da ORDEM DOS ENGENHEIROS – CDN.

4 - FLUXOS DE CAIXA

4.1 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem quaisquer restrições ao uso dos valores em caixa e depósitos á ordem.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	1.500	1.500
Depósitos à ordem	30.081	45.440
Outros depósitos bancários	3.403.000	3.680.000
Outros instrumentos financeiros	34.981	35.312
Total	3.469.562	3.762.252

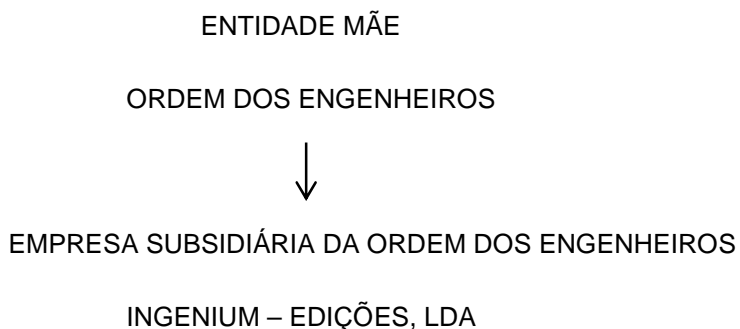
**ORDEM DOS ENGENHEIROS
CONSELHO DIRETIVO NACIONAL**

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos do Conselho Diretivo Nacional.

5 - PARTES RELACIONADAS

5.1 - Relacionamentos com Empresa-mãe:

As entidades relacionam-se do seguinte modo:



5.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão

A gestão da ORDEM DOS ENGENHEIROS – CDN é exercida pelo bastonário, pelos dois vice-presidentes nacionais e pelos presidentes e secretários dos conselhos diretivos das regiões, os quais não auferem quaisquer remunerações pelo desempenho dos respectivos cargos.

5.3 - Transações entre partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a ORDEM DOS ENGENHEIROS - CDN detinha os seguintes participações em subsidiárias:

Subsidiárias	Sede	% Participação	
		31-12-2011	31-12-2010
INGENIUM – EDIÇÕES, LDA	LISBOA	90%	90%

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos e as transacções efectuadas com partes relacionadas são os seguintes:

**ORDEM DOS ENGENHEIROS
CONSELHO DIRETIVO NACIONAL**

	31-12-2011									
	Inventários		Activos fixos		Contas a pagar	Contas a receber	Serviços		Juros	
	Compras	Vendas	Compras	Vendas			Obtidos	Prestados	Gastos	Rendim.
<i>Ordem dos Engenheiros</i>										
Ingenium – Edições, Lda.	5.722				35.801		102.727			
Total	5.722				35.801		102.727			

	31-12-2010									
	Inventários		Activos fixos		Contas a pagar	Contas a receber	Serviços		Juros	
	Compras	Vendas	Compras	Vendas			Obtidos	Prestados	Gastos	Rendim.
<i>Ordem Dos Engenheiros</i>										
Ingenium – Edições, Lda	16.661				47.997		80.395			
Total	16.661				47.997		80.395			

6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha recta.
- c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com expectativa da afetação do desempenho.
- d) Quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, estão demonstradas no quadro seguinte.

**ORDEM DOS ENGENHEIROS
CONSELHO DIRETIVO NACIONAL**

Descrição	31-12-2010	Adições	Transferências	Ativos detidos para venda	31-12-2011
Terrenos e recursos naturais	311.749				311.749
Edifícios e outras construções	2.179.194				2.179.194
Equipamento básico	92.770	2.709			95.479
Equipamento de transporte	105.500	29.000			134.500
Equipamento administrativo	450.798	20.339			471.137
Outros ativos tangíveis	29.707	390			30.097
Investimentos em curso - Ativos tangíveis	57.091		-57.091		0
Total Ativo Tangível Bruto	3.226.809	52.438	-57.091		3.222.156
Depreciação Acumulada					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	659.983	65.736			725.719
Equipamento básico	72.120	8.597			80.717
Equipamento de transporte	77.750	16.500			94.250
Equipamento administrativo	378.445	28.799			407.244
Outros ativos tangíveis	21.110	2.326			23.436
Total Depreciação Acumulada	1.209.408	121.958			1.331.366
Perdas por imparidade e reversões acumuladas					
Depreciação Acumulada	1.209.408	121.958			1.331.366
Ativo Tangível Líquido	2.017.401	-69.520	-57.091		1.890.790

7 - ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

7.1 - Divulgações sobre ativos fixos intangíveis

- a) Os ativos fixos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta.
- c) As vidas úteis foram determinadas de acordo com expectativa da afetação do desempenho.
- d) A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, estão demonstradas no quadro seguinte.

**ORDEM DOS ENGENHEIROS
CONSELHO DIRETIVO NACIONAL**

Descrição	31-12-2010	Adições	Alienações	Transferências	31-12-2011
Programas de computador		4.778			4.778
Outros ativos intangíveis		24.890		57.091	81.981
Investimentos em curso - Ativos tangíveis					
Ativo Intangível Bruto		29.668		57.091	86.759
Amortizações acumuladas		29.583			29.583
Perdas por imparidade acumuladas					
Depreciação Acumulada		29.583		0	29.583
Ativo Intangível Líquido		85		57.091	57.176

8 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

8.1 - Nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe

Subsidiárias

A entidade incluída na consolidação, sua sede social e proporção de capital detido em 31-12-2011 é a seguinte:

Empresa	Método consolidação	Sede	% Capital	Capital	Ativo	Resultado	Valor contabilístico
Ingenium - Edições, Lda. NIPC 504 238 175	MEP	Av. Sidónio Pais, 4 E Lisboa	90%	5.000	165.580	2.354	149.022
Total subsidiárias					165.580	2.354	149.022

Os investimentos em subsidiárias apresentam os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31-12-2011 e 31-12-2010.

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Saldo no início do ano	87.278	95.917
Alienações		
Transferências		
Dividendos		
Impacto da aplicação do MEP		
Quota-parte no resultado	2.118	-8.638
Saldo no final do ano	89.396	87.279

**ORDEM DOS ENGENHEIROS
CONSELHO DIRETIVO NACIONAL**

8.2 - Nas demonstrações financeiras individuais de uma empresa-mãe que, nos termos legais, esteja dispensada de elaborar contas consolidadas

a) Nos termos do nº 1, do artº 7, do DL 158/2009, de 13 de Julho, Ordem dos Engenheiros encontra-se dispensada da apresentação de contas consolidadas por não ultrapassar os limites nele previstos.

9 - INVENTÁRIOS

9.1 - Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Ver Nota 3

9.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os inventários da ORDEM DOS ENGENHEIROS - CDN detalham-se conforme segue:

Rubricas	31-12-2011			31-12-2010		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Mercadorias	116.869		116.869	116.012		116.012
Produtos acabados e intermédios						
Subprodutos e desperdícios						
Produtos e trabalhos em curso						
Adiantamento por conta de compras						
Total	116.869		116.869	116.012		116.012

9.3 - Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011, detalha-se conforme segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	116.012		116.012
Compras	5.722		5.722
Regularizações	-1.889		-1.889
Saldo final	116.869		116.869
Gastos no exercício	2.975		2.975

**ORDEM DOS ENGENHEIROS
CONSELHO DIRETIVO NACIONAL**

10 - RÉDITO:

10.1 - Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

Ver Nota 3

10.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 relativo a vendas e prestações de serviços e outros ganhos, apresenta a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2011	31-12-2010
Vendas	1.620	1.315
Quotizações	2.322.440	2.195.492
Outros serviços aos membros	170.632	132.841
Subsídios à exploração	4.849	0
Ganhos em ativos financeiros	0	1.312
Rendimentos suplementares	33.185	66.217
Descontos de p.p. obtidos	0	59
Ganhos em inventários	2.404	586
Outros rendimentos e ganhos	445.245	576.655
Juros	131.768	64.210
Total	3.112.143	3.038.687

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

11.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Ver Nota 3

11.2 - Categorias de ativos e passivos financeiros

a) - Clientes/Fornecedores/Sócios/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Clientes/Fornecedores/Sócios/Outras contas a receber e a pagar e Pessoal apresentava a seguinte decomposição:

**ORDEM DOS ENGENHEIROS
CONSELHO DIRETIVO NACIONAL**

Descrição	31-12-2011			31-12-2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ativos						
Clientes	250.256		250.256	169.043		169.043
Fornecedores	417		417	240		240
Pessoal	1.800		1.800	1.303		1.303
Regiões c/c	208.995		208.995	19.860		19.860
Outros créditos	135.097		135.097	84.485		84.485
Perdas por imparidade						
Total do Ativo	596.565		596.565	274.931		274.931
Passivos						
Clientes						
Fornecedores	206.291		206.291	76.097		76.097
Pessoal						
Regiões c/c	39.287		39.287	504.862		504.862
Outros débitos	43.601		43.601	254.931		254.931
Total do Passivo	289.179		289.179	835.890		835.890
Total Líquido	307.386		307.386	-560.959		-560.959

b) - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2011			31-12-2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ativos						
Imposto sobre o rendimento	19.414		19.414	9.482		9.482
Retenção de impostos sobre rendimentos	371		371			
Total	19.785		19.785	9.482		9.482
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	10.830		10.830	10.597		10.597
Imposto sobre o valor acrescentado	66.315		66.315	9.616		9.616
Contribuições para a segurança social	13.598		13.598	13.761		13.761
Total	90.743		90.743	33.974		33.974

c) - Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

**ORDEM DOS ENGENHEIROS
CONSELHO DIRETIVO NACIONAL**

Descrição	31-12-2011			31-12-2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Gastos a reconhecer						
Seguros	5.393		5.393	5.695		5.695
Imputações R. Sul	157.534		157.534	147.262		147.262
Outros gastos	1.494		1.494	364		364
Total	164.421		164.421	152.957		152.957
Rendimentos a reconhecer						
Subsídios	0		0	0		0
Imputações à R. Sul	103.131		103.131	121.219		121.219
Outros rendimentos	3.229		3.229	0		0
Total	106.360		106.360	121.219		121.219

d) - Outros instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Outros instrumentos financeiros apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2011			31-12-2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ativos						
Instrumentos financeiros detidos para negociação	34.981		34.981	35.312		35.312
Total	34.981		34.981	35.312		35.312

e) - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Ativos		
Caixa	1.500	1.500
Depósitos à ordem	30.081	45.440
Outros depósitos bancários	3.403.000	3.680.000
Total	3.434.581	3.726.940

f) - Capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

**ORDEM DOS ENGENHEIROS
CONSELHO DIRETIVO NACIONAL**

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Reservas legais	4.884	4.884
Outras reservas	70.721	70.721
Resultados transitados	6.800.269	5.368.584
Ajustamentos em ativos financeiros	86.746	86.746
Excedentes de revalorização	0	309.960
Outras variações no capital próprio	-1.853.587	-932.168
Resultado líquido do período	625.007	522.225
Total	5.734.040	5.430.952

As outras variações do capital próprio, no ano de 2011, no montante de -1.853.587 € respeitam aos valores transferidos do Conselho Diretivo Nacional para as Direções Regionais para comparticipação na aquisição de ativos fixos tangíveis e ainda relativos à parte do subsídio recebido da DGOT para recuperação do Edifício Ventura Terra e ainda relevada em resultados.

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado	Subsídio por reconhecer
Subsídios relacionados com ativos						
Subsídio para recuperação do Edifício Ventura Terra	63.000	63.000	0	6.300	50.400	12.600
Total	63.000	63.000	0	6.300	50.400	12.600

12 - OUTRAS INFORMAÇÕES

(Divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados)

12.1 - Serviços Externos

Os gastos com serviços externos, no exercício de 2011 e 2010, estão detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2011	31-12-2010
Serviços especializados	644.462	524.273
Materiais	106.102	49.260
Energia e fluídos	21.996	17.285
Deslocações estadas e transportes	285.991	274.085
Serviços diversos	435.728	432.611
Total	1.494.279	1.297.514

12.2 - Os gastos com o pessoal, no exercício no exercício de 2011, estão detalhados no quadro seguinte

**ORDEM DOS ENGENHEIROS
CONSELHO DIRETIVO NACIONAL**

Rubricas	31-12-2011	31-12-2010
Remuneração órgãos sociais	0	0
Remuneração do pessoal	606.227	622.135
Encargos sobre remunerações	122.467	118.332
Seguros de acidentes de trabalho	9.448	9.136
Outros gastos com o pessoal	36.630	9.136
Total	774.772	758.739

12.3 - Os gastos acumulados na rubrica outros gastos e perdas, no exercício de 2011, estão detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2011	31-12-2010
Impostos	15.901	131.448
Perdas em inventários	45	16.797
Gastos e perdas em subsidiárias		8.638
Gastos e perdas restantes investimentos financeiros		126.123
Outros	55.664	57.551
Total	71.610	340.557

12.4 - Número médio de pessoas ao serviço da empresa em 31 de Dezembro de 2011

No exercício de 2011, o número médio de pessoas ao serviço do Conselho Diretivo Nacional foi de 23.

13 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho Diretivo Nacional e autorizadas para emissão em 12 de Março de 2012.

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

O Conselho Diretivo Nacional entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da ORDEM DOS ENGENHEIROS - CDN, bem como a sua posição e desempenho financeiros e respetivos fluxos de caixa. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expresso em euros.

Lisboa, 12 de Março de 2012

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL